

**LEI MUNICIPAL Nº 485 DE 14 DE JUNHO DE 2024**

**FIXA OS SUBSÍDIOS DO(A) PREFEITO(A) E VICE-PREFEITO(A) DE JOSÉ DA PENHA/RN, PARA A LEGISLATURA 2025-2028 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, COM BASE NOS INCISOS V, DO ART. 29 E OBSERVADO O ART. 37, INCISO XI E O ART. 39 § 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ARTIGOS 14, 15 E 16 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA/RN DE 1990, FAZ SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI:**

**SEÇÃO I**  
**DO PREFEITO(A)**

**Art. 1º -** Fixa o subsídio Mensal do Prefeito Municipal de José da Penha/RN, para a legislatura 2025-2028, será fixado em parcela única, no valor de **R\$ 21.598,91 (Vinte um mil, quinhentos e noventa e oito reais e noventa e um centavos).**

Parágrafo único. Sendo o (a) Prefeito(a) servidor(a) municipal lotado em cargo de caráter efetivo da Prefeitura, deverá fazer opção pelo vencimento do cargo ou subsídio, o que melhor lhe convier.

**SEÇÃO II**  
**DO VICE-PREFEITO(A)**

**Art. 2º -** O subsídio mensal do(a) Vice-prefeito(a), para a legislatura 2025-2028, será fixado em parcela única no valor de **R\$ 10.799,45 (Dez mil setecentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos).**

**§ 1º -** O(a) Vice-prefeito(a) quando no exercício de um cargo em caráter de confiança, deverá fazer a opção pelo subsídio devido ao cargo de Vice-prefeito(a) ou pelo subsídio devido ao cargo no qual foi nomeado.

**§ 2º -** Quando o(a) Vice-prefeito(a) for servidor(a) Municipal em cargo efetivo, o(a) mesmo(a) não receberá o vencimento do cargo efetivo e o valor do subsídio juntos.

**§ 3º -** Quando o(a) Vice-prefeito(a), estiver no exercício do cargo de Prefeito(a), deverá fazer a opção pelo subsídio que lhe convir.

**Art. 3º -** Em caso de viagem ou representação fora do Município, os agentes políticos do Executivo perceberão as diárias que lhes foram fixadas em Lei, não sendo consideradas como subsídio.

**Art. 4º** - As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva lei orçamentária.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2025.

**Art. 6º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Ato Administrativo de Sanção.**

Satisfeitos os requisitos legais, obedecida a técnica legislativa e respeitados os ditames da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica do município, sanciono a presente **Lei Municipal nº 485 de 14 de junho de 2024** que, **“fixa os subsídios do(a) prefeito(a) e vice-prefeito(a) de José da Penha/RN, para a legislatura 2025-2028 e dá outras providências”**.

Prefeitura Municipal de José da Penha – RN, 14 de junho de 2024.



**Raimundo Nonato Fernandes**  
Prefeito Municipal